



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE SANTIAGO EM 17.08.2016

Aos 17 dias do mês de agosto de 2016, compareceu à sede da Vara do Trabalho de Santiago, o Excelentíssimo Senhor **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0004086-22.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pelo Juiz Titular Fernando Formolo, pela Diretora de Secretaria Patricia Maria Telles Martins e pelos servidores lotados nessa Vara do Trabalho. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da instalação da Vara do Trabalho:** 21.11.1989

**Data da última correição realizada:** 05.08.2015

**Data da Implantação do PJe:** 03.09.2015

**Jurisdição:** Bossoroca, Capão do Cipó, Itacurubi, Jaguari, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda.

**1.1 Período Correcionado:** de 1º.01.2015 a 17.08.2016

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### 2.1 JUÍZES

##### 2.1.1 Juizes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Fernando Formolo	Juiz Titular	Desde 31.01.2012

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 04.08.2016)

##### 2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 04/2016, da Corregedoria Regional deste TRT, a Vara do Trabalho de Santiago pertence à 100ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição tem regime de lotação singular.

##### 2.1.3 Juizes que Atuaram no Período Correcionado



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	<b>Fernando Formolo</b>	Desde 31.01.2012	Juiz Titular	04 anos, 06 meses e 16 dias
2	<b>Átila da Rold Roesler</b> (Juiz do Trabalho Substituto)	07.01 a 05.02.2015	Atuou em razão de Férias do Juiz Titular (sem pauta)	29 dias
3	<b>Denilson Silva Mroginski</b> (Juiz do Trabalho Substituto)	01.06 a 14.06.2015	Atuou em razão de Férias do Juiz Titular (sem pauta)	14 dias
		20.07 a 03.08.2015	Atuou em razão de Férias do Juiz Titular (sem pauta)	14 dias
4	<b>Adair João Magnaguagno</b> (Juiz Titular da VT de São Borja)	15.06 a 23.06.2015	Atuou em razão de Férias do Juiz Titular (sem pauta)	09 dias
		25.11 a 28.11.2015	Atuou em razão do afastamento do Juiz Titular – PA 0007040-75.2015.5.04.0000.	04 dias
5	<b>Lúcia Rodrigues de Matos</b> (Juíza do Trabalho Substituta)	07.01 a 24.01.2016	Atuou em razão de Férias do Juiz Titular (sem pauta)	18 dias
6	<b>Giani Gabriel Cardozo</b> (Juiz do Trabalho Substituto)	25.01 a 05.02.2016	Atuou em razão de Férias do Juiz Titular (sem pauta)	12 dias
7	<b>Roberta Testani</b> (Juíza do Trabalho Substituta)	06.02 a 09.02.2016	Atuou em razão de Férias do Juiz Titular (sem pauta)	04 dias
8	<b>Edson Moreira Rodrigues</b> (Juiz Titular da VT de Santo Ângelo)	18.07 a 31.07.2016	Atuou em razão de Férias do Juiz Titular (sem pauta)	14 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 04.08.2016)

#### 2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares Lotados durante o Período Correccionado

Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
<b>Fernando Formolo</b>	Férias	07.01 a 05.02.2015	30 dias
	– Afastamento PA 0002025-28.2015.5.04.0000;	17.04 a 19.04.2015	03 dias
	Férias	01.06 a 23.06.2015	23 dias



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Titular		Férias	20.07 a 03.08.2015	15 dias
		Afastamento PA 0007040- 75.2015.5.04.0000	25.11 a 28.11.2015	04 dias
		Férias	07.01 a 09.02.2016	34 dias
		Férias	18.07 a 31.07.2016	14 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 04.08.2016)

## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados

Servidores lotados na Vara do Trabalho de Santiago				
	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Patricia Maria Telles Martins	Analista Judiciário – Área Judiciária	<b>Diretora de Secretaria (CJ3)</b>	08.11.1993
2	Joana Vanoni Tronca Ragazzon	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Juiz Titular (FC05)</b>	22.03.2012
3	Leticia Dri De Almeida	Analista Judiciário – Área Judiciária	<b>Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)</b>	31.07.2003
4	Marina Siqueira Duarte	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Secretário de Audiência (FC03)</b>	02.07.2013
5	Camila Flores Colpo	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	23.04.2007
6	Cristiano Luiz Leal	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	27.04.2007
7	Jose Roque Sturza	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	11.12.1989
8	Izabelle Priscila De Sousa Prazere	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	02.06.2014
-	Sergio Almeida Guedes	Analista Judiciário- Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	05.03.1991



-	Thiago Marchionatti Uggeri	Analista Judiciário- Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	13.07.2009
---	----------------------------	---	---	------------

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
462,67	Até 500	8	5 a 6

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da Vara do Trabalho de Santiago **está acima** do previsto nas referidas normas.

## 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidores lotados na Vara do Trabalho de Santiago			
Servidor(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Patricia Maria Telles Martins	Cursos ou eventos	5	5 dias
Joana Vanoni Tronca Ragazzon	Cursos ou eventos	1	1 dias
Leticia Dri De Almeida	Cursos ou eventos	7	7 dias
Marina Siqueira Duarte	Cursos ou eventos	1	1 dia
Camila Flores Colpo	-	-	-
Cristiano Luiz Leal	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições (TRE)	3	3 dias
Jose Roque Sturza	Cursos ou eventos	1	1 dia
Izabelle Priscila De Sousa	Licença-Gestante (LG)	120	182 dias



Prazeres	Gestante Prorrogação (LG)	60	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	
Sergio Almeida Guedes	Cursos ou eventos	1	1 dia
Thiago Marchionatti Uggeri	Cursos ou eventos	1	6 dias
	Licença-Paternidade (PAT)	5	

## 2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1 Natalina Maria Viero	03.07.1995	05.07.2015	20 anos e 03 dias	aposentadoria
2 Solon Caiaffo Da Rocha	21.11.1989	16.08.2015	25 anos, 08 meses e 26 dias	aposentadoria

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 27.07.2016)

## 2.2.5 Estagiários

Conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 27.07.2016, a unidade atualmente não conta com estagiário.

## 2.3 CAPACITAÇÃO

### 2.3.1 Capacitação dos Juizes Titulares e dos Juizes Substitutos Lotados durante o Período Correccionado

Juiz (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular Fernando Formolo	-			

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 27.07.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

### 2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidores lotados na Vara do Trabalho de Santiago				
Servidor(a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Patricia Maria Telles Martins	-	60	47	<b>107</b>



Joana Vanoni Tronca Ragazzon	-	8	-	<b>8</b>
Leticia Dri De Almeida	-	60	-	<b>60</b>
Marina Siqueira Duarte	-	28	5,5	<b>33,5</b>
Camila Flores Colpo	-	20	13,5	<b>33,5</b>
Cristiano Luiz Leal	-	20	-	<b>20</b>
Jose Roque Sturza	-	8	-	<b>8</b>
Izabelle Priscila de Sousa Prazeres da Mota	-	20	-	<b>20</b>
Sergio Almeida Guedes	-	5	-	<b>5</b>
Thiago Marchionatti Uggeri	-	5	60	<b>65</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 27.07.2016)

### **3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL**

#### **3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE**

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a Vara do Trabalho de Santiago foi enquadrada na faixa de movimentação processual de até 500 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com até 500 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Arroio Grande - 01a Vara	346	360	291	332,33
Rosário do Sul - 01a Vara	343	361	294	332,67
Santa Vitória do Palmar - 01a Vara	391	455	556	467,33
<b>Santiago – 01ª Vara</b>	<b>459</b>	<b>429</b>	<b>500</b>	<b>462,67</b>
Geral Unidades	1.539	1.605	1.641	398,75

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

#### **3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	396	574	44,95%	569	-0,87%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	50	33	-34,00%	50	51,52%
Pendentes de finalização na fase de execução***	725	746	2,90%	726	-2,68%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	48	57	18,75%	55	-3,51%
<b>Total</b>	<b>1.219</b>	<b>1.410</b>	<b>15,67%</b>	<b>1.400</b>	<b>-0,71%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

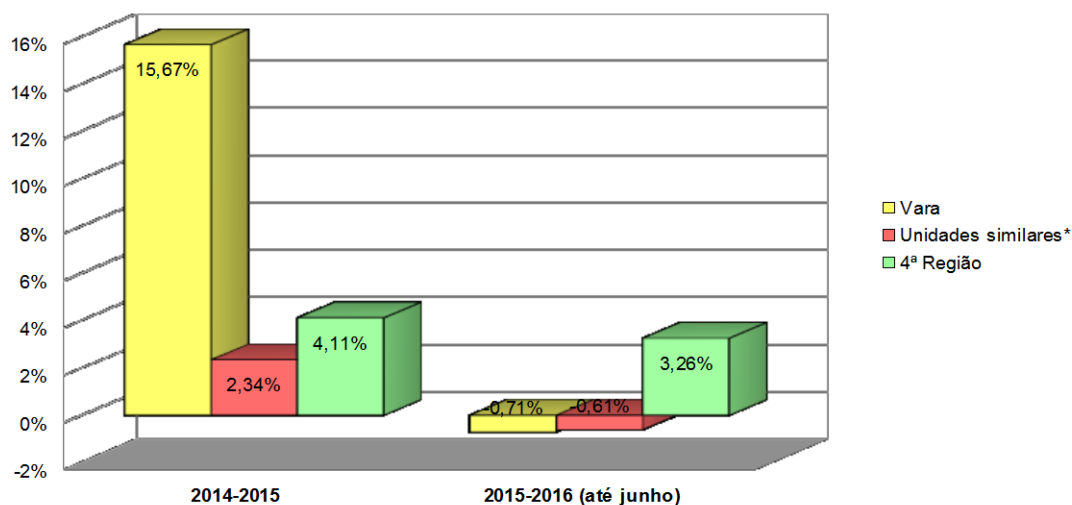
\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015, houve aumento de 15,67% no total de processos tramitando na Unidade Judiciária, especialmente pelo aumento dos processos pendentes de finalização na fase de conhecimento.

A variação no acervo de processos na Vara do Trabalho de Santiago 2015 foi bastante superior ao resultado apresentado pelas unidades de mesmo porte e pela média de toda 4ª Região no período, quando registrada, respectivamente, uma elevação média de 2,34% e 4,11% no estoque de processos em tramitação. No primeiro semestre de 2016, verifica-se que o estoque de processos tramitando na unidade sofreu diminuição de 0,71%, índice abaixo da média regional no período, como aponta o gráfico que segue:



Varição do acervo de processos tramitando



### 3.3 FASE DE CONHECIMENTO

#### 3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06)	Varição 2015-2016
Casos novos	429	500	16,55%	243	-51,40%
Sentença Anulada/Reformada	2	2	0,00%	1	-50,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)	377	438	16,18%	207	-52,74%
Processos pendentes de solução	<b>147</b>	<b>210</b>	<b>42,86%</b>	<b>235</b>	<b>11,90%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

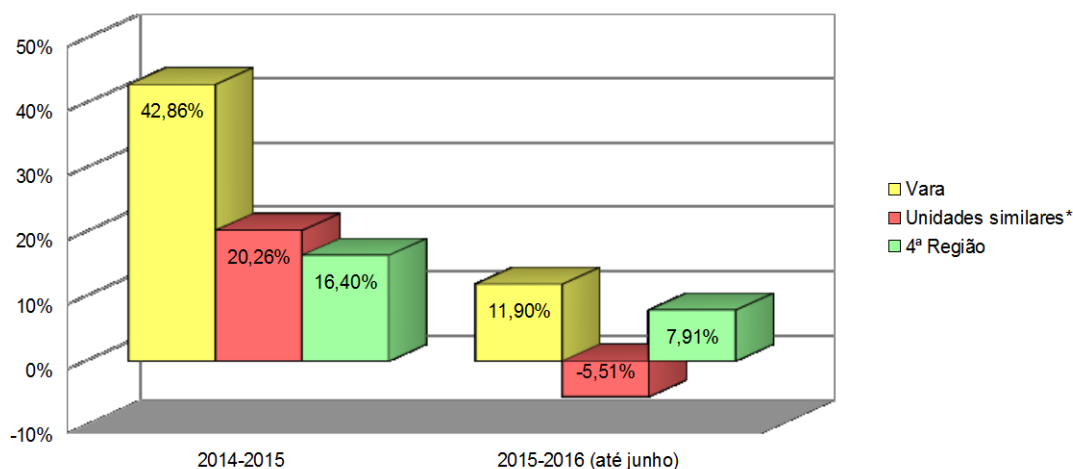
**\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito**

No ano de 2015, registrou-se um aumento de 42,86% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 147 para 210 processos) – índice bem maior que o verificado em toda a 4ª Região em 2015, na qual o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%.





Variação dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando o encerramento da instrução em 31.12.2015. Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	23	62	169,57%	75	20,97%
Aguardando encerramento da instrução	116	112	-3,45%	121	8,04%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	8	28	250,00%	28	0,00%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	0	8	-	11	37,50%
<b>TOTAL</b>	<b>147</b>	<b>210</b>	<b>42,86%</b>	<b>235</b>	<b>11,90%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

### 3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos\* e em relação aos pendentes de julgamento\*\*

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Santiago – 01ª Vara	87,88%	87,60%	-0,32%	85,19%	-2,76%
Unidades similares*	90,03%	93,05%	3,36%	97,35%	4,62%
TRT4 - 1ª Instância	85,92%	89,11%	3,72%	89,05%	-0,07%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

\* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]



Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 87,60% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se uma redução de 0,32% em relação ao índice do ano anterior. O desempenho da Unidade nesse quesito foi inferior ao das unidades de porte semelhante e à média geral do TRT da 4ª Região em 5,45 e 1,51 pontos percentuais, respectivamente.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Santiago – 01ª Vara	71,13%	67,70%	-4,83%	45,70%	-32,50%
Unidades similares*	71,64%	69,92%	-2,41%	56,57%	-19,08%
TRT4 - 1ª Instância	55,82%	55,20%	-1,10%	38,53%	-30,20%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

\*\* Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados pela Vara do Trabalho de Santiago foi de 67,7% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 4,83% inferior ao verificado no ano de 2014. Tal desempenho foi 2,22 pontos percentuais inferior ao das unidades da mesma faixa de movimentação processual, mas 12,49 pontos percentuais superior ao desempenho médio de toda a 4ª Região.

### 3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 (até 30.06)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	203	53,85	197	44,98	100	48,31
	Julgado procedente	10	2,65	18	4,11	2	0,97
	Julgado procedente em parte	122	32,36	181	41,32	74	35,75
	Julgado improcedente	16	4,24	22	5,02	17	8,21
	Extinto	0	0	0	0	0	0
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>351</b>	<b>93,1</b>	<b>418</b>	<b>95,43</b>	<b>193</b>	<b>93,24</b>
Sem exame de mérito	Extinto	6	1,59	8	1,83	8	3,86
	Arquivamento (art. 844 CLT)	4	1,06	2	0,46	4	1,93
	Desistência	11	2,92	7	1,6	1	0,48
	Outras decisões	5	1,33	3	0,68	1	0,48
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>26</b>	<b>6,9</b>	<b>20</b>	<b>4,57</b>	<b>14</b>	<b>6,76</b>
<b>TOTAL</b>		<b>377</b>	<b>100</b>	<b>438</b>	<b>100</b>	<b>207</b>	<b>100</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)



No ano de 2015, verificou-se uma elevação de 61 processos solucionados na Unidade Judiciária, na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo de 16,18%. Essa majoração se mostra acima da média de toda a 4ª Região que, em 2015, apresentou um aumento médio de 8,19% no número de processos solucionados, bem como acima daquela apresentada por unidades similares, que foi de redução de 5,53% no período, conforme especificações do quadro abaixo:

Variação média processos solucionados			Variação média solucionados com resolução de mérito (sem conciliações)		
	2014-2015	2015-2016		2014-2015	2015-2016
Vara	16,18%	-52,74%	Vara	49,32%	-57,92%
Unidades similares*	-5,53%	-37,07%	Unidades similares*	13,76%	-47,58%
4ª Região	8,19%	-45,50%	4ª Região	7,56%	-45,40%

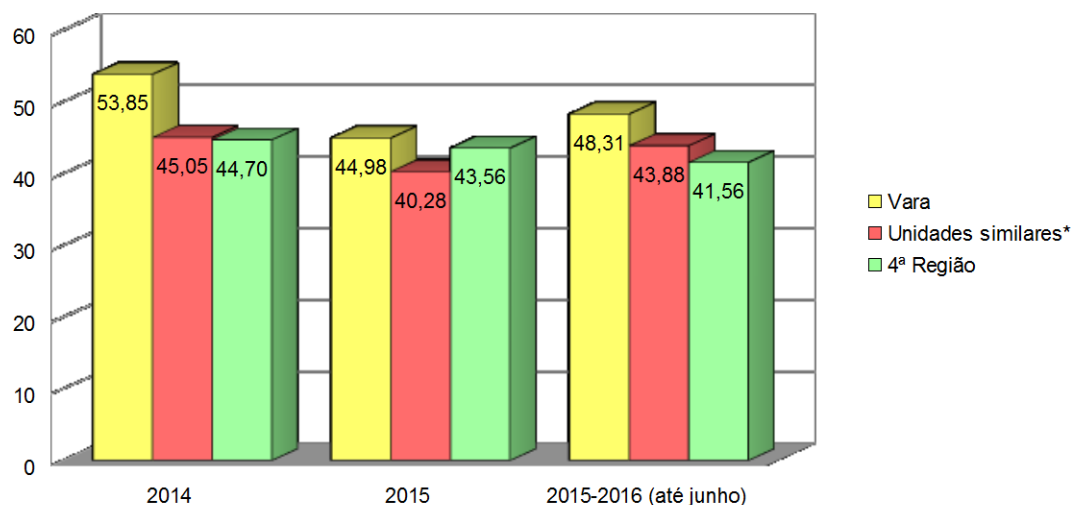
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

Dentre os tipos de solução, verificou-se o incremento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 148 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número alcançou 221 decisões, representando uma elevação de 49,32%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi superior à média regional do TRT4, que registrou um aumento de 7,56% no número de decisões com resolução de mérito.

Da mesma forma, os números evidenciam uma pequena queda no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 203, representando 53,85% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações se reduziu para 197, correspondendo a 44,98% das soluções na fase de conhecimento – índice, de qualquer sorte, superior ao verificado em toda a 4ª Região, que alcançou a média de 43,56% no período. Por fim, constata-se que, no corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 48,31%, resultado superior à média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:



Percentual de conciliações nos processos solucionados



### 3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

#### 3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
<b>Iniciadas</b>	97	65	-32,99%	80	23,08%
<b>Encerradas</b>	101	82	-18,81%	56	-31,71%
<b>Pendentes</b>	<b>46</b>	<b>27</b>	<b>-41,30%</b>	<b>46</b>	<b>70,37%</b>
<b>Arquivo Provisório</b>	1	2	100,00%	1	-50,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação recuou de 46 em 2014, para 27, em 2015, importando em uma redução de 41,3%. Esse percentual foi em direção oposta ao índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 27.239 em dezembro de 2014 para 28.935 em dezembro de 2015 (aumento de 5,9%). Um dos principais motivos para essa redução foi a diminuição em 32,99% no número de liquidações iniciadas na Unidade na comparação entre esses dois períodos.

Nos seis primeiros meses de 2016, contudo, os números refletem um aumento de 70,37% no estoque de processos pendentes na fase de liquidação, que alcançou 46 processos.

#### 3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas\* e em relação ao total pendente de encerramento\*\*



Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Santiago – 01ª Vara	104,12%	126,15%	21,16%	70,00%	-44,51%
Unidades similares*	96,76%	83,57%	-13,63%	103,54%	23,90%
TRT4 - 1ª Instância	88,03%	88,43%	0,46%	89,52%	1,23%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

\* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 126,15% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se um aumento de 21,16% em relação ao índice do ano anterior. Esse resultado foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 42,59 e 37,72 pontos percentuais, respectivamente.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Santiago – 01ª Vara	67,79%	73,87%	8,98%	52,34%	-29,15%
Unidades similares*	59,97%	50,76%	-15,35%	46,15%	-9,08%
TRT4 - 1ª Instância	55,95%	54,32%	-2,92%	40,91%	-24,69%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

\*\* Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela Vara do Trabalho de Santiago, em 2015, foi de 73,87% do número total de liquidações a encerrar – resultado 8,98% superior ao verificado em 2014. Esse desempenho foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 23,11 e 19,56 pontos percentuais, respectivamente.

### 3.5 FASE DE EXECUÇÃO

#### 3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Entrada	Iniciadas	121	133	9,92%	84	-36,84%
	Desarquivadas para prosseguimento	264	29	-89,02%	21	-27,59%
Saídas	Encerradas	151	125	-17,22%	20	-84,00%

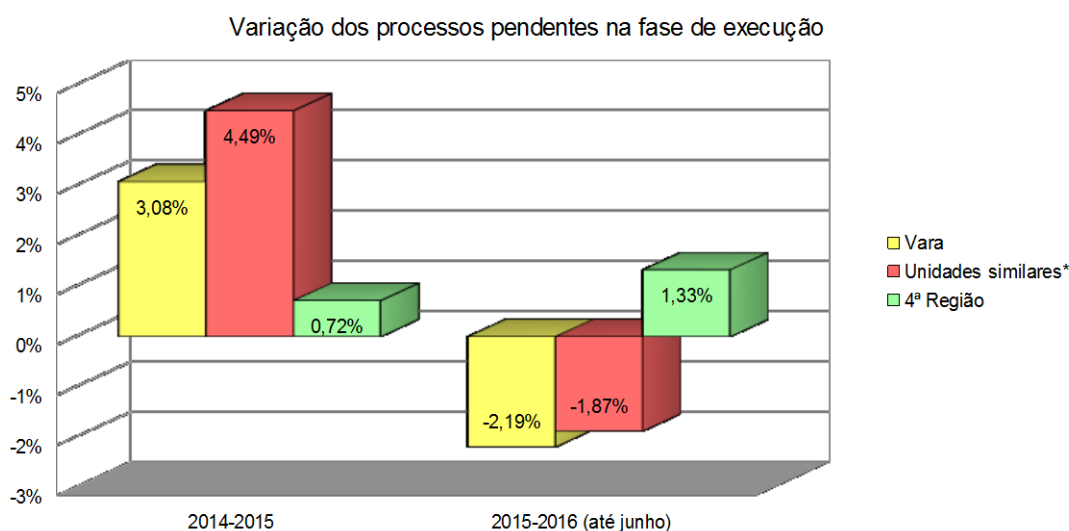


	<b>Arquivadas Provisoriamente</b>	46	25	-45,65%	12	-52,00%
<b>Pendentes</b>	<b>Exclusivamente crédito previdenciário</b>	1	2	100,00%	2	0,00%
	<b>Demais</b>	486	500	2,88%	489	-2,20%
	<b>Total</b>	<b>487</b>	<b>502</b>	<b>3,08%</b>	<b>491</b>	<b>-2,19%</b>
<b>Saldo no arquivo Provisório</b>		453	448	-1,10%	439	-2,01%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

Entre os anos de 2014 e 2015, o estoque de execuções pendentes na Vara do Trabalho de Santiago apresentou aumento de 487 para 502 processos (3,08%), aumento esse que se deu em patamar inferior ao das unidades de porte semelhante mas superior ao do resultado geral da 4ª Região.

Os dados colhidos no primeiro semestre de 2016, contudo, apontam uma pequena redução no estoque de processos pendentes na fase de execução (2,19%), resultado melhor do que a média regional no mesmo período, que apresentou um aumento de 1,33% no número de execuções pendentes.



### 3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas\* e em relação ao total pendente de encerramento\*\*

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06)	Varição 2015-2016
Santiago – 01ª Vara	124,79%	93,98%	-24,69%	23,81%	-74,67%
Unidades similares*	91,91%	89,72%	-2,38%	66,08%	-26,35%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	71,19%	-11,05%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)





\* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 93,98% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se redução de 24,69% em relação ao índice do ano anterior. Constata-se, outrossim, que o índice da Unidade foi 4,27 pontos percentuais maior que a média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 13,95 pontos percentuais maior que o resultado médio do TRT da 4ª Região.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Santiago – 01ª Vara	11,97%	11,65%	-2,64%	1,93%	-83,40%
Unidades similares*	10,90%	11,95%	9,63%	5,99%	-49,82%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	8,97%	-41,73%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

\*\* Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas pela Vara do Trabalho de Santiago em 2015 foi de 11,65% do número total de execuções a encerrar – resultado 2,64% menor que o índice do ano de 2014. Esse resultado foi bastante semelhante à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual mas inferior à média geral do TRT da 4ª Região em 3,74 pontos percentuais.

### 3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Processos com inclusão de devedor no BNDT	49	23	-53,06%	11	-52,17%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	51	30	-41,18%	79	163,33%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	<b>780</b>	<b>771</b>	<b>-1,15%</b>	<b>698</b>	<b>-9,47%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.06.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.





Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela Vara do Trabalho de Santiago, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.06.2014 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 30.06.2016. Dessa consulta, **não resultaram processos** com execução encerrada definitivamente, mas com devedores inscritos no BNDT.

### 3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 30.06)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
<b>Embargos de declaração</b>	24	18	6	45	51	0	17	14	2
<b>Antecipações de tutela</b>	26	25	2	32	34	0	23	20	1
<b>Impugnações à sentença de liquidação</b>	9	8	3	8	7	5	3	5	2
<b>Embargos à execução</b>	24	22	5	34	33	8	21	15	13
<b>Embargos à arrematação</b>	0	0	0	1	1	0	0	0	0
<b>Embargos à adjudicação</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Exceções de pré-executividade</b>	2	2	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>75</b>	<b>16</b>	<b>120</b>	<b>126</b>	<b>13</b>	<b>64</b>	<b>54</b>	<b>18</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 120 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a um aumento de 41,18% em relação ao ano anterior. Observa-se que o número de incidentes processuais julgados também apresentou aumento, em percentual superior ao aumento dos processos recebidos (68%), passando de 75 para 126. Como resultado, houve pequena queda no estoque total de incidentes processuais pendentes de decisão: 16 processos em 31.12.2014 e 13 em 31.12.2015. Destaca-se, por fim, que, em 30.06.2016, o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão era de 18 processos, saldo 38,46% superior ao do final do 2015; os embargos à execução eram a espécie que correspondia à maior parte dos incidentes processuais ainda pendentes.



Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, não foi constatada a existência de incidentes protocolados há mais de seis meses e não adequadamente solucionados no sistema, motivo pelo qual não havia pendências no sistema E-Gestão.

## **4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO**

### **4.1 FASE DE CONHECIMENTO**

<b>Prazos médios (em dias)</b>						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
<b>Do ajuizamento da ação à prolação da sentença</b>	<b>Sumaríssimo</b>	59,90	205,00	242,24%	61,85	-69,83%
	<b>Ordinário</b>	130,57	149,47	14,47%	172,20	15,21%
	<b>Total</b>	<b>123,16</b>	<b>154,70</b>	<b>25,61%</b>	<b>157,74</b>	<b>1,96%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

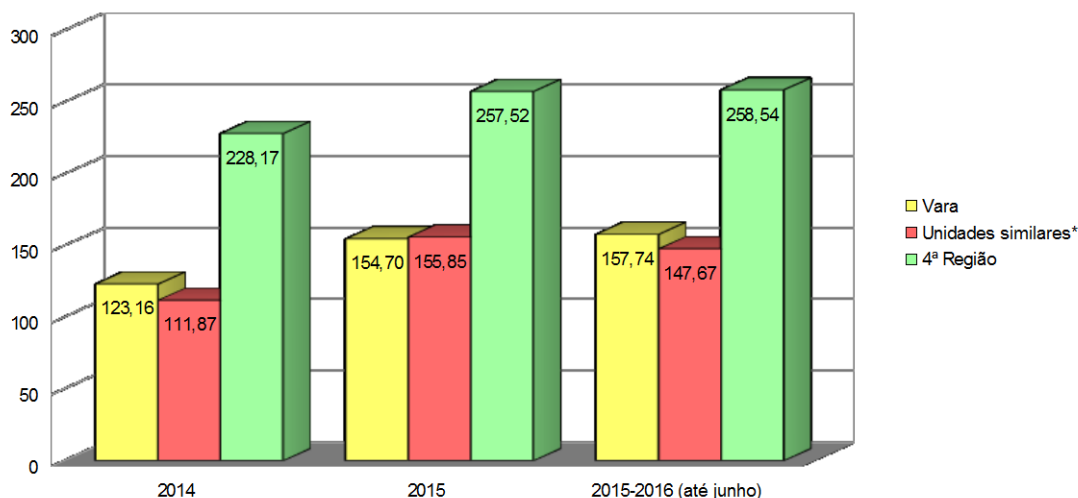
No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na Vara do Trabalho de Santiago apresentou aumento de 25,61%, passando de 123,16 dias para 154,70 dias. O rito sumaríssimo sofreu aumento drástico de prazo, de 242,24%, totalizando 205 dias ao final do ano de 2015; no rito ordinário, contudo, o aumento foi de apenas 14,47%, totalizando 149,47 dias no mesmo período.

O lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 0,74% menor (1,15 dias) que a média do prazo identificado nas unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 39,93% menor (102,82 dias) que a média do prazo em todas as Unidades de 1ª instância do TRT4, mantendo-se praticamente estáveis as diferenças verificadas no ano de 2014.

Outrossim, os dados do primeiro semestre de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento foi de 157,74 dias, prazo esse 6,82% maior (10,06 dias) que o prazo médio constatado nas demais Unidades Similares e 38,93% menor (100,8 dias) que o prazo médio verificado nas Unidades que integram a 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de conhecimento



## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	83,5	84,89	1,66%	63	-25,79%
	Ordinário	176,09	214,41	21,76%	152,71	-28,78%
	<b>Total</b>	<b>174,12</b>	<b>198,22</b>	<b>13,84%</b>	<b>149,39</b>	<b>-24,63%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

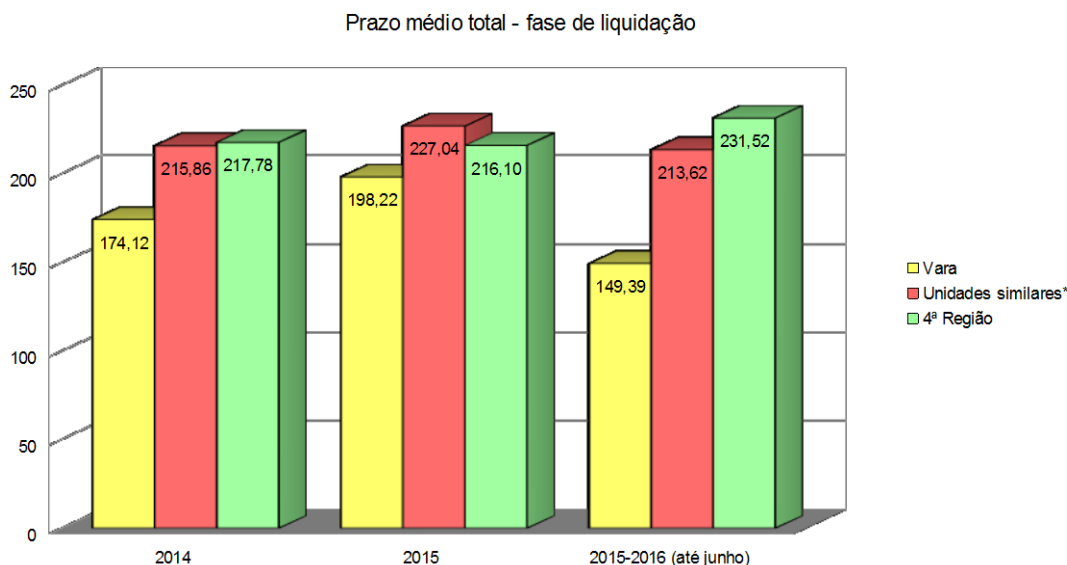
No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 84,89 dias, apresentando um aumento de 1,66% em relação à média de prazo do ano anterior. No rito ordinário, o prazo médio alcançou 214,41 dias, prazo este 21,76% superior em comparação ao verificado em 2014. Na média total, houve aumento de prazo de 13,84% em relação ao ano de 2014. Os dados do ano de 2016, contudo, colhidos até o mês de junho, apontam uma tendência de redução do prazo médio total da liquidação.

Constatou-se, ainda, que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 28,82 dias menor que o das varas constantes da mesma faixa de movimentação processual e 17,87 dias menor que o prazo geral médio de toda a 4ª Região.

Outrossim, os dados do primeiro semestre de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 30,07% menor (64,23 dias) que o prazo médio nas demais Unidades Similares e 35,47% menor (82,13 dias) que o prazo médio verificado na demais Unidades integrantes da 4ª Região,



conforme apontado no gráfico abaixo.



### 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	495,74	441,16	-11,01%	968,64	119,56%
	Ente público	570,13	1.042,24	82,81%	1.338,25	28,40%
	<b>Total</b>	<b>518,12</b>	<b>591,43</b>	<b>14,15%</b>	<b>1.067,20</b>	<b>80,44%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, recuou de 495,74 dias, em 2014, para 441,16 dias, em 2015 (redução de 11,01%). Até 30 de junho de 2016, no entanto, a média aumentou para 968,64 dias, prazo este 119,56% maior que o do período anterior.

Quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução subiu de 570,13 dias, em 2014, para 1.042,24 dias, em 2015 (aumento de 82,81%). No primeiro semestre de 2016, o lapso de tramitação apresentou nova elevação, para 1.338,25 dias, o que equivale a um aumento de 28,40% em relação a 2015.

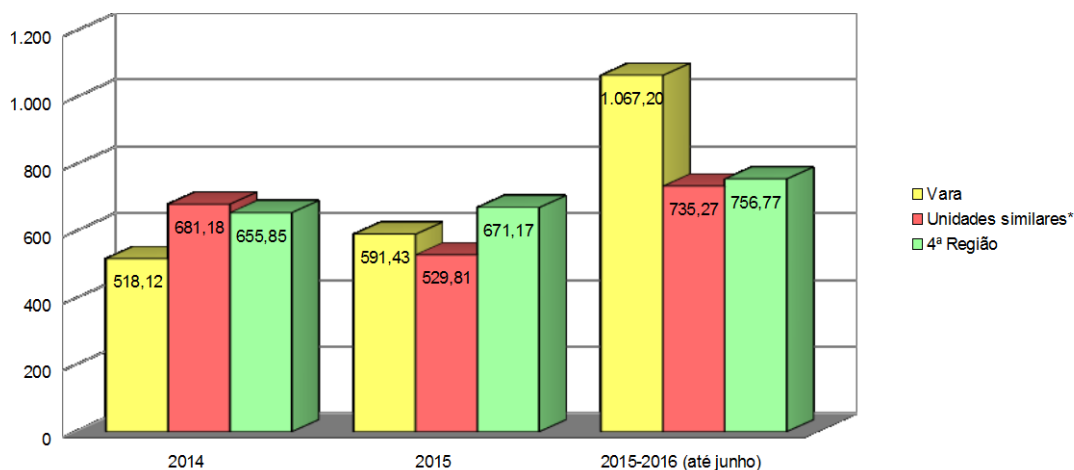
Constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na Vara do Trabalho de Santiago, em 2015, foi 11,63% maior (61,62 dias) que o das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 11,88% menor (79,73 dias) que a média de toda a 4ª Região.

Finalmente, verifica-se que, no primeiro semestre de 2016, o prazo médio da Unidade apresentou aumento de 80,44%, ficando 45,14% maior



(331,93 dias) que a média das demais Unidades com movimentação processual similar e 41,02% maior (310,43 dias) que o prazo apurado em toda a primeira instância da 4ª Região.

Prazo médio total - fase de execução



## 5 METAS

### 5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

**5.1.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
500	438	87,60%	Meta não cumprida

**5.1.2 Meta 2:** “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
101	100	99,01%	Meta cumprida

**5.1.3 Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
133	134	100,75%	Meta cumprida



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

\* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

**5.1.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
0	0		<b>Meta cumprida</b>

**5.1.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015
Wms Supermercados do Brasil Ltda.	0	0
Estado do Rio Grande do Sul	0	0
Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	6	10
União	1	0
OI S.A.	0	4
Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	5	0
Caixa Econômica Federal - CEF	1	9
Banco do Brasil S.A.	4	0
Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>	<b>23</b>

Total em 2014	Total em 2015	Percentual atingido	Resultado
17	23	<b>35,29%</b>	<b>Meta não cumprida</b>

**5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:**





a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	123,16	154,7	<b>121,93</b>	<b>Meta não cumprida</b>

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
<b>Total de acordos</b>	228	203	215,5	197	<b>218</b>	<b>Meta não cumprida</b>

## 5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 30.06.2016	Solucionados até 30.06.2016	%	Resultado
243	207	<b>85,19%</b>	<b>Período insuficiente para apuração</b>

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 30.06.2016	%	Resultado
147	143	<b>97,28%</b>	<b>Meta já cumprida</b>

5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 30.06)	Meta para 2016	Resultado





<b>Total de acordos</b>	228	203	215,5	100	<b>220</b>	<b>Indicativo de não cumprimento da meta</b>
<b>Média mensal de acordos</b>	19	16,92	17,96	16,67	<b>18,33</b>	

**5.2.4 Meta 5:** “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

<b>META 5/2016 CNJ</b>			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 30.06)	Grau de Cumprimento	Resultado
84	116	<b>138,10%</b>	<b>Indicativo de cumprimento da meta</b>

Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

**5.2.5 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

<b>META 6/2016 CNJ</b>	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado
0	<b>Meta já cumprida</b>

**5.2.6 Meta 7:** “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo de processos tramitando em 30.06.2016
Wms Supermercados do Brasil	0	0
União	0	0
Estado do Rio Grande do Sul	0	2
Caixa Econômica Federal - CEF	9	5
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	10	6
OI S.A.	4	12
Banco do Estado do Rio Grande do Sul	0	3
Claro S.A.	0	0
Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0



Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	27	28
---	----	----

Total em 2015	Total em 2016 (até junho)	Percentual atingido	Resultado
27	28	3,70%	Período insuficiente para apuração

## **6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES**

### **6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA**

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às terças e quartas-feiras pela manhã e à tarde e nas quintas-feiras pela manhã. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo:

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã		7 (I) 2 (U) 3 (P)	7 (I) 2 (U) 3 (P)	2 (P)	
Tarde		7 (I) 2 (U) 3 (P)	7 (I) 2 (U) 3 (P)		

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria, Patrícia Maria Telles Martins, em 17.08.2016)

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias
- E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

### **6.2 PAUTAS LIVRES**

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	21.09.2016	-	15.09.2016	-
Una Sumaríssimo*	23.08.2016	-	30.08.2016	-
Instrução	14.03.2016	-	22.11.2016	-

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria, Patrícia Maria Telles Martins, em 17.08.2016)

\*Segundo a Diretora de Secretaria, são ajuizadas poucas reclamações pelo rito sumaríssimo.

### **6.3 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS INICIAIS**

**Prazos médios (em dias) – Audiência inicial**



		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
<b>Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª Audiência</b>	<b>Sumaríssimo</b>	39,56	33,25	-15,95%	39,63	19,18%
	<b>Ordinário</b>	35,77	36,2	1,19%	43,99	21,53%
	<b>Total</b>	<b>36,25</b>	<b>35,96</b>	<b>-0,79%</b>	<b>43,34</b>	<b>20,51%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.06.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo diminuiu de 39,56 dias, em 2014, para 33,25 dias, em 2015 (redução de 15,95%). O prazo médio da audiência inicial no rito ordinário subiu de 35,77 dias, em 2014, para 36,2 dias, em 2015 (aumento de 1,19%). O prazo total das audiências na Unidade, no ano de 2015, ficou em 35,96 dias, apresentando redução de 0,79% em relação ao do ano anterior. No primeiro semestre de 2016, contudo, o prazo médio total apresentou aumento de 20,51%, atingindo 43,34 dias.

É oportuno esclarecer que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, elastecendo, por essa razão, a média verificada.

Em consulta ao livro-pauta no momento da inspeção, verificou-se que as pautas de iniciais efetivamente disponíveis correspondiam a prazos médios inferiores aos apontados pelo Sistema e-Gestão.

#### 6.4 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS INSTRUÇÃO

<b>Prazos médios (em dias) – Audiência de instrução</b>						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
<b>Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução</b>	<b>Sumaríssimo</b>	40,75	91,29	124,02%	7,27	-92,03%
	<b>Ordinário</b>	120,5	109,75	-8,92%	95,72	-12,79%
	<b>Total</b>	<b>116,1</b>	<b>108,46</b>	<b>-6,58%</b>	<b>83,24</b>	<b>-23,25%</b>

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo tiveram o prazo aumentado de 40,75 dias, em 2014, para 91,29 dias, em 2015 (aumento de 124,02%). O contrário ocorreu no rito ordinário, no qual registrada redução do prazo médio de 120,5 dias, em 2014, para 109,75 dias, em 2015 (queda de 8,92%). O prazo médio geral apresentou redução de 6,58% de 2014 para 2015. No primeiro semestre de 2016, nova redução, de 23,25%.

Em consulta ao livro-pauta no momento da inspeção, as pautas de prosseguimento efetivamente disponíveis correspondiam a prazos médios inferiores aos apontados pelo Sistema e-Gestão.



## 6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2015					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Fernando Formolo	419	205	0	20	644
Total	419	205	0	20	644

2016 (até 30.06)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Fernando Formolo	195	85	0	3	<b>283</b>
Total	195	85	0	3	<b>283</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

## 6.6 ADIAMENTO DE PAUTA

Eventuais adiamentos de pautas deverão ser comunicados à Corregedoria Regional, para fins informativos, conforme previsto no art. 4º, § 8º do Provimento nº 250/2016, da Corregedoria Regional.

## 6.7 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatase que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

## 6.8 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2015						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Adair João Magnaguagno	-	0	0	0	1	<b>1</b>
Átila da Rold Roesler	1	0	0	1	-	<b>1</b>
Denilson da Silva Mroginski	2	2	0	4	1	<b>5</b>
Fernando Formolo	194	220	0	414	17	<b>431</b>
Lúcia Rodrigues de Matos	-	1	0	1	-	<b>1</b>
Marcelo Bergmann Hentschke	-	0	0	0	1	<b>1</b>
Total	197	223	0	420	20	<b>440</b>

2016 (até 30.06)



Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Fernando Formolo	99	93	0	192	11	<b>203</b>
Giani Gabriel Cardozo	-	0	0	0	1	<b>1</b>
Lúcia Rodrigues de Matos	1	0	0	1	2	<b>3</b>
Total	100	93	0	193	14	<b>207</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.06.2016)

## 6.9 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz(a)	Tipo de Incidente	Quantidade
<b>Juiz Titular Fernando Formolo</b>	Processos de cognição	0000303-22.2014.5.04.0831
		0000282-12.2015.5.04.0831
		0000340-15.2015.5.04.0831
		0000166-06.2015.5.04.0831
		0000398-18.2015.5.04.0831
		0020139-10.2016.5.04.0831
		0020131-33.2016.5.04.0831
		0020137-74.2015.5.04.0831
		0020126-11.2016.5.04.0831
		0020159-98.2016.5.04.0831
		0020123-56.2016.5.04.0831
		0020081-07.2016.5.04.0831
		0020155-95.2015.5.04.0831
		0020109-72.2016.5.04.0831
		0020071-94.2015.5.04.0831
		0020056-28.2015.5.04.0831
		0020006-65.2016.5.04.0831
<b>Total: 17 processos</b>		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 16.08.2016. 50 dias anteriores à data da correição: 28.06.2016)

## 7 ROTINAS DE SECRETARIA

### 7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES e OFÍCIOS

As notificações e os ofícios urgentes são realizadas de imediato, assim que publicado o despacho. Nos demais casos, são expedidos em, no máximo, 48 horas da determinação. Quando há demasiado volume de processos, a expedição de ofícios pode demorar um pouco mais.



As notificações para a União e Procuradoria Regional Federal são feitas de 20 em 20 dias.

## **7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, AUTORIZAÇÕES JUDICIAIS, PRECATÓRIOS E RPV'S**

Mandados e autorizações judiciais são expedidos em, no máximo, dois dias após a determinação. As Requisições de Pequeno Valor são expedidas em até 48 horas. Precatórios são expedidos à medida em que surgem.

## **7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS**

Os alvarás são expedidos tão logo determinados.

## **7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO**

A unidade recebe, em média, 50 petições por dia entre processos físicos e eletrônicos. São despachadas no dia posterior, remanescendo, apenas, aquelas que carecem de maior análise. No dia da inspeção (17.08.2016) estavam sendo analisadas as petições protocoladas em 16.08.2016, tanto nos processos físicos quanto nos eletrônicos.

## **7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO**

Os prazos são certificados decorridos quatro ou cinco dias do seu término, nos processos físicos. Nos processos eletrônicos, o prazo é organizado em pastas com intervalos de 15 em 15 dias, e a pasta é feita assim que decorrido o prazo.

Na data da correição, estavam sendo certificados os prazos vencidos em 12.08.2016 tanto nos processos físicos como nos eletrônicos.

## **7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT**

Os processos físicos são remetidos ao TRT uma vez por semana.

## **7.7 CONVÊNIOS**

A Unidade utiliza os convênios BacenJud, RenaJud e InfoJud.

## **7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS**

O arquivamento de processos é realizado em média uma vez por mês.

## **7.9. EXECUÇÃO REUNIDA**

A Unidade tem poucas execuções reunidas. Nos processos reunidos é dado o andamento de “processos suspenso” e a execução não é encerrada.

## **7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT**

A inscrição no BNDT é feita após a citação, quando decorrido o prazo para pagamento; a retirada ocorre no momento da liberação dos alvarás.

## **7.11 EXAME DOS LIVROS**



### 7.11.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Processo	Prazo
1	0000144-21.2010.5.04.0831	26.10.2015*
2	0000258-86.2012.5.04.0831	18.07.2016
3	0006200-90.1998.5.04.0831	01.08.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 16.08.2016)

\*Conforme consulta ao inFOR, a unidade expediu mandado de busca e apreensão

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há empenho da Unidade Judiciária em promover a cobrança dos processos em que houve demora na restituição dos autos.

Segundo informou a Diretora, é feita a cobrança periodicamente por telefone. Se os autos não forem devolvidos, a cobrança se dá através de notificações e mandados de busca apreensão de autos.

### 7.11.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Processo	Prazo
1	0052900-17.2004.5.04.0831	13.07.2016
2	0046400-32.2004.5.04.0831	13.07.2016
3	0000258-18.2014.5.04.0831	03.08.2016
4	0000074-33.2012.5.04.0831	03.08.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 16.08.2016)

### 7.11.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Carga OJ	Processo	Prazo
1	831-00022/16	0027000-90.2008.5.04.0831	11.02.2016
2	831-00315/16	0000439-58.2010.5.04.0831	17.06.2016
3	831-00360/16	0000482-53.2014.5.04.0831	14.07.2016
4	831-00385/16	0000035-36.2012.5.04.0831	27.07.2016
5	831-00387/16	0043900-37.1997.5.04.0831	27.07.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 16.08.2016)

Segundo a Diretora, a cobrança é feita diretamente ao Oficial de Justiça, quando ele comparece na unidade.





## **8 EXAME DOS PROCESSOS**

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correção à Vice-Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 16.08.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **140 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

### **8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS**

<b>1</b>	<b>Processo nº 0000442-71.2014.5.04.0831</b>
<b>Fase:</b> Conhecimento <b>Aspectos Gerais dos autos:</b> nada a apontar. <b>Movimentação Processual:</b> nada a apontar.	
<b>2</b>	<b>Processo nº 0003400-79.2004.5.04.0831</b>
<b>Fase:</b> Executada. <b>Aspectos Gerais dos autos:</b> Ausência de informação imprescindível nos termos de carga: não consta o número de telefone da procuradora do reclamante no termo de carga da fl. 436 (Art. 53, III, da CPCr). <b>Movimentação Processual:</b> nada a apontar.	
<b>3</b>	<b>Processo nº 0000095-04.2015.5.04.0831</b>
<b>Fase:</b> Liquidação <b>Aspectos Gerais dos autos:</b> Folhas em branco sem a correspondente inutilização (fls. 63, 65, 67, 69, 73, 75, 77, 107) - (Art. 71 da CPCr). Termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 195v não menciona os comprovantes de recolhimento de custas e depósito recursal (fls.201 e 201v) que acompanham o recurso ordinário da reclamada. <b>Movimentação Processual:</b> nada a apontar.	
<b>4</b>	<b>Processo nº 0000063-96.2015.5.04.0831</b>
<b>Fase:</b> Conhecimento <b>Aspectos Gerais dos autos:</b> Ausência de informação imprescindível nos termos de carga: o número de telefone da procuradora retirante encontra-se incompleto (Art. 53, III, da CPCr). <b>Movimentação Processual:</b> nada a apontar.	
<b>5</b>	<b>Processo nº 0000206-22.2014.5.04.0831</b>
<b>Fase:</b> Execução (sumaríssimo) <b>Aspectos Gerais dos autos:</b> nada a apontar. <b>Movimentação Processual:</b> nada a apontar.	
<b>6</b>	<b>Processo nº 0000041-72.2014.5.04.0831</b>
<b>Fase:</b> Execução <b>Aspectos Gerais dos autos:</b> termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 231v não menciona os comprovantes de recolhimento de custas e depósito recursal (fls.234v e 235) que acompanham o recurso ordinário da reclamada.	



<b>Movimentação Processual:</b> nada a apontar.	
<b>7</b>	<b>Processo nº 0000510-55.2013.5.04.0831</b>
<b>Fase:</b> Conhecimento <b>Aspectos Gerais dos autos:</b> nada a apontar. <b>Movimentação Processual:</b> nada a apontar.	
<b>8</b>	<b>Processo nº 0000348-94.2012.5.04.0831</b>
<b>Fase:</b> Execução <b>Aspectos Gerais dos autos:</b> nada a apontar. <b>Movimentação Processual:</b> nada a apontar.	
<b>9</b>	<b>Processo nº 0000268-96.2013.5.04.0831</b>
<b>Fase:</b> Conhecimento <b>Aspectos Gerais dos autos:</b> termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 259v não menciona os comprovantes de recolhimento de custas e depósito recursal (fls.265-6) que acompanham o recurso ordinário da reclamada. <b>Movimentação Processual:</b> nada a apontar.	
<b>10</b>	<b>Processo nº 0032400-71.1997.5.04.0831</b>
<b>Fase:</b> Execução <b>Aspectos Gerais dos autos:</b> nada a apontar. <b>Movimentação Processual:</b> nada a apontar.	

\* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.

## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as **práticas irregulares** da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 12.08.2016.

<b>Ausência de prazo final do acordo ou acordo com prazo vencido – Processos Exemplos:</b>	
<b>0000241-21.2010.5.04.0831</b>	
<b>Registro da situação do processo somente com andamento interno – Processos Exemplos:</b>	
<b>0000043-76.2013.5.04.0831</b>	
<b>0000274-06.2013.5.04.0831</b>	
<b>Autos aguardando arquivamento – Processos Exemplos:</b>	
<b>0000037-69.2013.5.04.0831</b>	
<b>Carta precatória com registros desatualizados, aguardando devolução à origem ou devolvida à origem sem andamento – Processos Exemplos:</b>	
<b>0000463-47.2014.5.04.0831</b>	<b>0000315-02.2015.5.04.0831</b>



Demora no impulso processual – Processos Exemplos:	
0000241-21.2010.5.04.0831	0027000-90.2008.5.04.0831
Execução reunida, suspensão do processo ou processo reunido a outro sem registro no inFOR – Processos Exemplos:	
0000277-29.2011.5.04.083	0000274-74.2011.5.04.0831
0000128-28.2014.5.04.0831	
Carta Precatória: prazo superior a 45 dias sem informações – Processos Exemplos:	
0000435-79.2014.5.04.0831	0000089-94.2015.5.04.0831
0051300-19.2008.5.04.0831	
Registros desatualizados – Processos Exemplos:	
0023000-57.2002.5.04.0831	
0000478-50.2013.5.04.0831	0000156-59.2015.5.04.0831

### 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informação do Diretor de Secretaria, a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de que trata do pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal. Salienta-se que a referida Consolidação vigeu até 15.03.2016, por quase todo o período correccionado. De todo modo, a nova Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 26, I, repete “*ipsis litteris*” o art. 18, I, supracitado.

### 8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Segundo informação da Diretora de Secretaria, o juiz libera o depósito recursal quando da homologação da conta, se o crédito for superior ao depósito recursal, e no limite do valor incontroverso.

### 8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Por ocasião da correição, a Diretora de Secretaria informou que, quando da desconsideração da personalidade da empresa executada, o juiz determina a consulta ao sistema BacenJud e, após, cita o sócio.

### 9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJE foi implantado na Unidade Judiciária em 03.09.2015.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente no dia 16.08.2016, ocasião em que o acervo processual da Vara do Trabalho de São Borja contava com 305 processos na fase de conhecimento, 24 processos na fase de liquidação, 40 processos na fase de execução e 130 processos arquivados.

Agrupadores	Quantidade de Processos
Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciados	1
Processos com habilitações nos autos não lidas.	1
Processos com petições não apreciadas	16
Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça	2
Processos com audiências não designadas	47
Processos aguardando encaminhamento do secretário de audiência (atas assinadas)	1

Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando Cumprimento de Providência	Aguardando Cumprimento de Providência - 2016 - 04 - 16 a 30	47	0020076-19.2015.5.04.0831	17.04.2016
Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento	16	0020028-60.2015.5.04.0831	31.03.2016
Aguardando audiência	Conhecimento	82	0020030-93.2016.5.04.0831	16.02.2016
Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos	Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos - 2017 - ago - 01 a 15	52	0020072-79.2015.5.04.0831	01.12.2015
Aguardando término dos prazos	Conhecimento	27	0020100-47.2015.5.04.0831	16.02.2016
Análise das Perícias	Conhecimento	2	0020167-75.2016.5.04.0831	02.08.2016
Análise de Conhecimento	Conhecimento	11	0020323-63.2016.5.04.0831	05.08.2016
Imprimir Correspondência	Conhecimento	2	0020121-23.2015.5.04.0831	10.08.2016
Minutar	Conhecimento	30	0020139-10.2016.5.04.0831	20.05.2016



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Sentença</b>				
<b>Prazos vencidos</b>	Conhecimento	11	0020281-14.2016.5.04.0831	23.07.2016
<b>Preparar Comunicação</b>	Conhecimento	16	0020081-41.2015.5.04.0831	09.08.2016
<b>Remeter ao 2º Grau</b>	Conhecimento	2	0020096-10.2015.5.04.0831	10.08.2016
<b>Triagem Inicial</b>	Conhecimento	7	0020342-69.2016.5.04.0831	05.08.2016
<b>Aguardando Cumprimento de Providência - Liq</b>	Perita - Gledes Granetto	5	0020064-05.2015.5.04.0831	20.07.2016
<b>Aguardando término dos prazos</b>	Liquidação	1	0020014-42.2016.5.04.0831	21.07.2016
<b>Análise das Perícias</b>	Liquidação	2	0020025-08.2015.5.04.0831	29.07.2016
<b>Análise de Liquidação</b>	Liquidação	15	0020110-91.2015.5.04.0831	15.08.2016
<b>Prazos Vencidos</b>	Liquidação	1	0020122-08.2015.5.04.0831	05.08.2016
<b>Aguardando Cumprimento de Providência - Exec</b>	Aguardando CP	21	0020014-76.2015.5.04.0831	22.04.2016
<b>Aguardando término dos prazos</b>	Execução	4	0020197-13.2016.5.04.0831	10.08.2016
<b>Analisar expediente da secretaria</b>	Dr. Fernando assinar	1	0020004-95.2016.5.04.0831	16.08.2016
<b>Análise de Execução</b>	Execução	9	0020355-68.2016.5.04.0831	15.08.2016
<b>Preparar comunicação</b>	Fernando assinar	5	0020036-03.2016.5.04.0831	15.08.2016

Para apontamentos específicos quanto ao andamento/movimentação processual, foram selecionados e analisados os seguintes processos entre os dias 02 e 03.08.2016:

<b>1</b>	<b>Processo nº 0020143-81.2015.5.04.0831</b>
<b>Fase:</b> Conhecimento	
<b>Movimentação Processual:</b> despacho não cumprido - proferido despacho (ID 90f81f9) em 22.03.2016, determinando o envio de quesitos apresentados pelo reclamante (ID 71ce5a1) ao Juízo deprecado (1ª VT de Cachoeirinha), não é verificado cumprimento posterior.	
<b>2</b>	<b>Processo nº 0020035-18.2016.5.04.0831</b>
<b>Fase:</b> Conhecimento	
<b>Movimentação processual:</b> demora no impulso processual – petição protocolada pelos	



reclamantes em 21.07.2016 (ID 1fd60d1), manifestando concordância parcial com a proposta de acordo, sem apreciação posterior pelo Juízo.

Processo na pasta de tarefa “Prazos vencidos” desde 27.07.2016.

3

**Processo nº 0020004-95.2016.5.04.0831**

**Fase:** Execução

**Movimentação processual:** demora no impulso processual – vencimento do prazo para oposição de embargos pelo executado em 27.05.2016 (auto de penhora – ID df80c01), com certidão correspondente exarada, apenas, em 05.07.2016 (ID d20ec78).

4

**Processo nº 0020146-36.2015.5.04.0831**

**Fase:** Execução – Carta Precatória

**Movimentação Processual:** demora no impulso processual – vencimento do prazo para pagamento ou garantia da execução em 22.03.2016 (mandado – ID ed09d2c), com despacho subsequente proferido em 19.04.2016 (ID 307f959).

5

**Processo nº 0020135-07.2015.5.04.0831**

**Fase:** Execução – Carta Precatória

**Movimentação processual:** demora no impulso processual – vencimento do prazo para pagamento ou garantia da execução em 22.01.2016 (mandado – ID 818e29c), com despacho subsequente proferido em 14.03.2016 (ID 83cf125), determinando a comunicação ao Juízo deprecante.

Segundo a Diretora de Secretaria, todos os servidores trabalham no PJe e o trabalho é distribuído por tarefas.

São protocoladas, em média, 30 petições por dia no PJe. Na data da correição estavam sendo despachadas as petições protocoladas no dia anterior (16.08.2016). A certificação dos prazos é quinzenal. Na data da correição estava sendo certificado o prazo do dia 12.08.2016.

Os processos são movimentados regularmente e, na data da inspeção, não foram constatadas irregularidades relevantes em relação aos prazos e andamentos processuais.

Verificou-se uma excelente gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico e uma boa organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, possibilitando uma boa visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

## **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT**

Conforme consulta ao cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, **não houve atuação** da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado na Unidade Judiciária.





## **11 OUVIDORIA**

Não constam na Ouvidoria deste TRT expedientes relativos à Vara do Trabalho de Santiago durante o período correccionado.

## **12 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

O acervo de processos em tramitação na unidade cresceu em torno de 16% entre os anos de 2014 e 2015, o que se deve ao acréscimo de casos novos na mesma proporção. Chama a atenção o aumento de 60% na quantidade de processos pendentes na fase de conhecimento, no período entre 31.12.2014 e 30.06.2016, índice bem maior que o verificado nas demais unidades da 4ª Região. Por outro lado, houve aumento nas decisões com resolução de mérito na Unidade nesse mesmo período, em índice superior ao TRT4. O número de conciliações ainda continua sendo superior ao das demais unidades deste TRT. O número de processos na fase de liquidação é ínfimo. A execução se mantém no mesmo patamar – pouca variação na quantidade de processos pendentes nessa fase.

Em face da informação de que há uma reunião de execuções envolvendo mais de 100 processos, a Diretora foi orientada a proceder a inclusão dos reclamantes no polo ativo do processo em que se processa a execução, com os respectivos procuradores, e incluir a conta de cada reclamante nesse processo; nos processos reunidos, foi orientada a lançar o andamento de execução encerrada e fazer o arquivamento definitivo, mantendo ativo somente o processo principal.

Merece elogio a unidade pela manutenção adequada do BNDT pois, pela análise dos dados disponíveis, não foram encontrados processos equivocadamente inscritos no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT). Também em relação aos incidentes processuais não foi constatada a existência de incidentes protocolados e não solucionados adequadamente no sistema informatizado.

Quanto à pauta, o Juiz Fernando Formolo deve ser parabenizado pelos prazos enxutos, que são mantidos em face da realização de audiências em 05 (cinco) turnos na semana (terça e quartas-feiras pela manhã e à tarde e quintas-feiras pela manhã) e pelo fato de haver contestação em secretaria nos processos em que as empresas reclamadas não fazem acordo. Nesses casos, contudo, são marcadas audiências de prosseguimento. Em consulta ao livro-pauta durante a inspeção, constata-se que o prazo está dentro dos parâmetros: iniciais do rito sumaríssimo em 15 dias, do ordinário, em 30, e audiência de prosseguimento em 90 dias.

Em relação ao quadro de pessoal, a unidade conta com oito servidores; pela movimentação processual, a lotação máxima prevista seria de 6 servidores, consoante Resolução nº 63 do CSJT. Conta, ainda, com dois Oficiais de Justiça. Segundo a Diretora, a quantidade de oficiais é adequada; é ela quem controla os prazos de cumprimento e, no PJe, tem perfil de “distribuidor”. A jurisdição é dividida em dois territórios e não há revezamento





entre os Oficiais de Justiça. Nas férias de um deles, o outro atende toda a jurisdição.

O processo judicial eletrônico foi instalado há um ano e mais de 30% das ações já tramitam nesse meio. Todos os servidores trabalham nos processos físicos e nos eletrônicos.

Constatou-se, na data da inspeção, que as instalações são adequadas para abrigar a secretaria da Vara mas há goteiras; o prédio é locado. Segundo informações constantes do Relatório de Informações sobre a edificação, enviado pela SEMPRO, a obra de construção da nova sede tem prioridade 4 no Plano de Obras 2016/2020.

Na visita à unidade constatou-se um ótimo ambiente de trabalho. O Juiz Titular Fernando Formolo mostrou-se bastante comprometido com a jurisdição, assim como a Diretora de Secretaria, Patrícia Maria Telles Martins, e os demais servidores. Destaca-se o tratamento acolhedor dispensado a essa equipe da Vice-Corregedoria durante a visita.

## **13 RECOMENDAÇÕES**

### **ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2015 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.1.1), de forma que a meta CNJ 1/2015 não foi cumprida pela Unidade Judiciária.

### **ITEM 5.2.3 (Meta CNJ 3/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que empreenda esforços para o aumento do número de conciliações nesse ano, de forma a atingir a referida meta, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida (item 5.1.6, b).

### **ITEM 5.2.4 (Meta CNJ 5/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de agilizar os atos processuais da fase de execução.

### **ITEM 5.2.6 (Meta CNJ 7/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta neste ano, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida (item 5.1.5).



## **ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – PJe)**

Observa a Secretaria para as seguintes recomendações:

- a) atente para a necessidade da prática dos atos de comunicação processual logo após a publicação dos despachos ou decisões nesse sentido.
- b) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, com a maior brevidade possível, as determinações contidas nos despachos e decisões, em especial, no que concerne a efetivação dos atos estabelecidos em fase de execução, bem como em cumprimento de cartas precatórias.
- c) aprecie, com brevidade, as petições protocoladas pelas partes.

## **14 DETERMINAÇÕES**

### **14.1. SECRETARIA**

#### **ITENS 7.11.1 e 7.11.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)**

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.11.1 e 7.11.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

Determina-se, ainda, que, sempre que deferida dilação de prazo, esse deve ser registrado no sistema InFOR.

#### **ITEM 7.11.3 (Prazos vencidos há mais de 10 dias)**

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.11.3 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

#### **ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) observe o que dispõe o item III do artigo 53 da CPRC quanto ao registro do número do telefone e/ou endereço eletrônico do advogado;
- b) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPRC;
- c) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPRC.

#### **ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)**



A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em 140 processos parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados e todos que estejam em situação similar. Para tanto:

- a) archive processos como os de n. **0000037-69.2013.5.04.0831**, dentre outros;
- b) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito em processos como os de n. **0027000-90.2008.5.04.0831** e **0000241-21.2010.5.04.0831**, dentre outros;
- c) indique o prazo final dos acordos homologados ou certifique seu vencimento em processos como os de n. **0000241-21.2010.5.04.0831**, dentre outros;
- d) devolva Cartas Precatórias, atualize seus registros ou dê andamento às devolvidas como nas de nº **0000463-47.2014.5.04.0831** e **0000315-02.2015.5.04.0831**, dentre outras;
- e) atualize os registros de processos como os de n. **0023000-57.2002.5.04.0831**, **0000478-50.2013.5.04.0831** e **0000156-9.2015.5.04.0831** dentre outros;
- f) registre a suspensão no inFOR, conforme determinado, nos processos de nº **0000277-29.2011.5.04.0831**, **0000128-28.2014.5.04.0831** e **0000274-74.2011.5.04.0831**, dentre outros.
- g) solicite informações periódicas à Vara deprecada, a cada 45 dias, sobre as cartas precatórias expedidas nos processos nº **0000435-79.2014.5.04.0831**, **0051300-19.2008.5.04.0831** e **0000089-94.2015.5.04.0831**, dentre outros.

## 14.2. MAGISTRADOS

### ITEM 6.9 (Sentenças com Prazo Excedido)

Nesta data da publicação deste relatório, não remanescem as pendências apontadas no item 6.9. Nada a determinar, portanto.

## 15 PRAZO PARA RESPOSTA

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste



Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria (exclusivamente pelo *e-mail* vice\_cor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

## **16 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Juiz Fernando Formolo, com a Diretora de Secretaria e com os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da Vara Trabalho de Santiago, das 11h às 11h30min, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Na ocasião, o Vice-Corregedor concedeu entrevista ao jornal “Expresso Ilustrado”.

## **17 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Fernando Formolo, pela Diretora de Secretaria Patricia Maria Telles Martins e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, os quais prestaram importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

**Marçal Henri Figueiredo**  
**Vice-Corregedor**